**INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 08, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022.**

Estabelece diretrizes e procedimentos para tratamento de Acidente em Serviço ocorrido no âmbito da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria/MEC nº 384 de 09 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 70 de 13 de abril de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 211 a 214 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 20 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio 2010, no Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal de 2017, 3ª edição, na Nota Técnica do Ministério da Economia nº 26.265/2020 e no Processo nº 23402.036645/2022-77, e, ainda, considerando a necessidade de orientar os servidores e suas chefias imediatas quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente em serviço,

**RESOLVE:**

Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por finalidade estabelecer os procedimentos para comunicação e análise de acidentes em serviço, buscando o controle e o gerenciamento dos riscos de forma a atuar na prevenção de novas ocorrências e viabilizar o fluxo de informações entre os setores da Universidade.

**CAPITULO I**

**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Nos termos do art. 212 da Lei nº 8.112, de 1990, e em conformidade com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal de 2017, configura acidente em serviço o dano físico ou mental, sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 3º No que se refere aos servidores ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, bem como aos contratados por tempo determinado e empregados públicos anistiados, por se tratarem de contribuintes e segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, o acidente em serviço recebe a denominação de acidente do trabalho.

Parágrafo único. Conforme estabelece o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal de 2017, são também considerados acidentes do trabalho:

I - o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da Administração Pública Federal, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, em decorrência das seguintes entidades mórbidas:

a) doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social; e

b) doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

II - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

III - o acidente sofrido pelo segurado, no local e no horário do trabalho, em consequência de:

1) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

2) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

3) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;

4) ato de pessoa privada do uso da razão;

5) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior; e

e) a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.

IV - o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho:

1) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autorização da Instituição;

2) na prestação espontânea de qualquer serviço à Instituição para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

3) em viagem a serviço, inclusive para estudo, quando autorizada pela Universidade em seus planos de capacitação, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor ou empregado; ou

4) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor ou empregado.

Art. 4º Não são equiparadas às relacionadas ao trabalho as doenças degenerativas, as inerentes a grupo etário e as doenças endêmicas adquiridas por habitante de região em que elas se desenvolvam, salvo comprovação de que são resultantes de exposição ou contato direto determinado pela natureza do serviço.

Art. 5º Os acidentes em serviço podem ser classificados, quanto à forma como ocorrem, em:

I - Acidentes Típicos, que ocorrem no desenvolvimento das atividades laborais no ambiente de trabalho ou a serviço deste durante a jornada de trabalho, ou quando estiver à disposição do trabalho;

II - Acidentes de Trajeto, que ocorrem no trajeto entre a residência e o trabalho ou vice-versa; e

III - Doenças Relacionadas ao Trabalho, nos casos em que os trabalhadores desenvolvam agravos à sua saúde, adoeçam ou mesmo morram por causas relacionadas ao trabalho como consequência da profissão que exercem ou exerceram, ou pelas condições adversas em que seu trabalho é ou foi realizado.

§ 1º Para a caracterização do Acidente de Trajeto previsto no Inciso I, o servidor não poderá desviar-se de seu percurso habitual por interesse próprio, sob pena de configurar acidente comum, inclusive desobrigando a Instituição ao preenchimento da CAT/SP (Comunicação de Acidente do Trabalho do Servidor Público).

§ 2º O perfil de adoecimento e morte dos trabalhadores resultará da conjunção dos fatores estabelecidos no Inciso III, que poderão ser aferidos com base em três grupos de causas:

a) Grupo I: doenças em que o trabalho é causa necessária, tipificadas pelas doenças profissionais, e pelas intoxicações agudas de origem ocupacional.

b) Grupo II: doenças em que o trabalho pode ser um fator de risco, contributivo, mas não necessário, exemplificadas pelas doenças comuns, mais frequentes ou mais precoces em determinados grupos ocupacionais e para as quais o nexo causal é de natureza eminentemente epidemiológica.

c) Grupo III: doenças em que o trabalho é provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida ou preexistente.

**CAPITULO II**

**DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA NOTIFICAÇÃO DO ACIDENTE EM SERVIÇO**

Art. 6º A Comunicação de Acidente em Serviço do Servidor Público – CAT/SP é um documento padronizado utilizado pelos órgãos da Administração Pública Federal com a finalidade de informar o acidente em serviço ocorrido com o servidor regido pela Lei nº 8.112, de 1990, de maneira a permitir a associação de informações estatísticas, epidemiológicas, trabalhistas e sociais.

Art. 7º O servidor deverá estar em efetivo exercício do cargo ou função a serviço da Instituição no período do acometimento de lesão corporal ou perturbação funcional.

Art. 8º O acidente deverá guardar relação com a atividade desenvolvida ou com o cargo do servidor, exceto quando desviado de sua função por determinação da chefia imediata.

Art. 9º A notificação do acidente de trajeto somente será efetivada se o acidente ocorrer no percurso da residência para o trabalho ou vice-versa e desde que o servidor, por interesse pessoal, não tenha corrompido ou alterado o seu percurso habitual.

Art. 10. Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

Art. 11. Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Art. 12. Casos de acidentes ocorridos durante período de férias em que o servidor estava trabalhando extraoficialmente não são caracterizados como acidente em serviço.

Parágrafo único. O servidor, ainda que tenha indicação de afastamento laboral após o término do seu período de férias, deve ser periciado para avaliar Licença para Tratamento de Saúde.

**CAPITULO III**

**DO REGISTRO DO ACIDENTE EM SERVIÇO**

Art. 13. Todo acidente em serviço deverá ser registrado formalmente por meio do formulário CAT/SP (ANEXO I).

§ 1º O registro do acidente deverá atender aos prazos, fluxos (ANEXOS II, III), orientações (ANEXO IV) e procedimentos estipulados nesta Instrução Normativa.

§ 2º A comunicação do acidente em serviço deverá ser realizada para qualquer acidente em serviço, independentemente de provocar ou não lesões no servidor, mesmo que não haja incapacidade para o trabalho, e nos casos em que houver dano material, para que sejam resguardados os direitos do servidor acidentado em serviço, permitindo a análise das condições em que ocorreu o acidente bem como a intervenção, de forma a reduzir ou mesmo impedir novos casos.

Art. 14. O preenchimento do CAT/SP deverá ser feito via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC e assinado pelo servidor, e, quando couber, pela chefia imediata, mediante autuação de processo junto ao setor de Protocolo, sendo, posteriormente, encaminhado pelo servidor ao setor de Perícia Oficial em saúde da Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS na UNIVASF.

§ 1º O formulário da CAT/SP deve ser preenchido mesmo em caso de suspeita do acidente ou doença, até que seja confirmado seu nexo causal.

§ 2º A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

§ 3º Será aceito como prova qualquer documento que comprove a ocorrência do acidente, a exemplo de boletim de ocorrência, fotografia, relato de profissional socorrista ou congênere, testemunhas, dentre outros meios que registrem o fato ocorrido.

§ 4º No caso de existência de documento comprobatório de acidente, conforme os exemplos citados no parágrafo anterior, recomenda-se sua anexação à CAT/SP, no formato de documento restrito.

§ 5º Na hipótese de não haver outra prova, a CAT-SP configurará prova para os fins legais, devendo ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias assim o exigirem (Art. 214 da Lei nº 8.112, de 1990).

Art. 15. Além do formulário CAT/SP (ANEXO I), poderão ser anexados outros documentos no processo da CAT, a exemplo de:

a) Formulário de Comunicação de Acidente em Serviço -CAT/SP (ANEXO I) preenchido e assinado pelo servidor e quando couber, pela chefia imediata ou no caso de servidor, previsto no art. 3º;

b) laudo médico detalhado emitido pelo serviço de saúde que prestou atendimento, em caso de acidente com dano físico ou mental. Devendo conter a data e hora do atendimento, o diagnóstico e os procedimentos realizados;

c) Boletim de Ocorrência Policial (BO), quando se tratar de acidente de trânsito ou agressão sofrida no local de trabalho ou no trajeto para o trabalho;

d) Boletim de atendimento pelo SAMU ou Corpo de Bombeiro, quando for o caso;

e) cópia de exames complementares ou de imagem, que comprovem o dano, quando for o caso;

f) no caso de dano com incapacidade para o trabalho deverá apresentar atestado médico ou odontológico constando a identificação do servidor, identificação do profissional emitente e de seu registro em conselho de classe, data de emissão do documento, o Código da Classificação Internacional de Doenças – CID ou diagnóstico e o tempo provável de afastamento, de forma legível (art. 7º, da ON SRH/MP nº 3/2010).

g) documentação que comprove o fato a ser investigado como acidente de trabalho, como: fotos, declaração assinada e com relato da testemunha que presenciou o fato, relato de profissional socorrista ou congênere, dentre outros meios que registrem o fato ocorrido.

h) em casos de acidentes de trajetos, servidor deverá apresentar comprovantes de viagem e comparecimento de cursos, congressos e afins ( caso o acidente ocorra durante viagem para tais situações profissionais), documento de liberação da chefia imediata para participação em tais eventos, comprovante de residência (manter cadastro funcional da Univasf atualizado), declaração da chefia imediata informando dias e horários de trabalho habitual do servidor (com vistas a possibilitar estabelecimento de nexo causal entre o horário e dia de trabalho do acidentado com o momento do acidente).

§ 1º Caso seja inviável a comunicação do acidente em serviço via SIPAC, o servidor deverá dirigir-se à Unidade do SIASS UNIVASF com os documentos listados no parágrafo antecedente, a depender do tipo de acidente.

§ 2º No caso dos servidores listados no artigo 3º, segurado do RGPS e outros casos previstos em lei, o órgão deverá comunicar o acidente de trabalho ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS até o primeiro dia útil após o acidente e, em caso de morte, de imediato à autoridade competente, sob pena de multa.

§ 3º O segurado deverá ser encaminhado ao INSS pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE por meio do preenchimento do formulário de CAT-RGPS, disponível no endereço eletrônico https://cadastro- cat.inss.gov.br/CATInternet/faces/pages/cadastramento/cadastramentoCat.xhtml, e entregar cópia ao acidentado, a seu familiar e ao sindicato correspondente.

§ 4º Nos casos em que não for possível o registro da CAT de forma online, e para evitar a incidência da multa por descumprimento de prazo, o registro da CAT poderá ser feito em uma das agências do INSS, por meio do preenchimento do formulário disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/centrais-de-conteudo/formularios/FormulrioCAT.pdf.

Art. 16. A equipe de perícia da Unidade SIASS deve realizar o preenchimento da CAT/SP no sistema SIAPE Saúde, a partir do processo recebido via SIPAC, agendando perícia para determinação do nexo causal.

Parágrafo Único. Quando necessário, o perito oficial em saúde encaminhará a CAT/SP para análise da equipe de vigilância de ambientes e processos de trabalho, que emitirá parecer para subsidiar a perícia oficial com vistas à conclusão do nexo causal, conforme formulário de investigação (ANEXO VI).

Art. 17. O emitente da CAT/SP poderá ser o próprio servidor, sua chefia imediata, membro da equipe da Unidade do SIASS UNIVASF, familiar, testemunha do acidente ou o médico perito.

Parágrafo único. No caso dos servidores elencados no art. 3º, a CAT-RGPS, na falta da emissão por parte da PROGEPE, poderá ser formalizada pelo próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, observando-se o disposto no artigo 16 quanto à entrega de uma cópia à Unidade SIASS UNIVASF.

Art. 18. A não observância dos procedimentos elencados nos art. 16 e 17 poderá inviabilizar a caracterização do acidente em serviço, por falta de elementos comprobatórios.

**CAPITULO III**

**DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 19. Cabe ao servidor requerente:

a) comunicar a sua chefia imediata sobre acidente em serviço;

b) realizar o preenchimento do Formulário da CAT/SP no SIPAC, e anexar a documentação comprobatória, quando houver. Encaminhar a CAT/SP e toda documentação para abertura de processo junto ao setor de Protocolo, e posteriormente encaminhar a equipe de Perícia em Saúde da Unidade SIASS Univasf.

c) manter seus dados cadastrais, principalmente de endereço e telefone, atualizados junto a PROGEPE Univasf;

d) comparecer à Perícia Oficial em Saúde no dia e horário agendado pela Unidade SIASS Univasf. Caso não possa comparecer à perícia comunicar a Unidade SIASS Univasf com antecedência; no caso da impossibilidade de comparecimento deverá comunicar com antecedência.

e) apresentar documentos originais comprobatórios do acidente investigado ao médico perito; quando da realização da perícia.

f) comparecer à visita técnica no dia e horário, quando agendado pela equipe de Vigilância em Saúde da Unidade SIASS Univasf, comunicando sua impossibilidade, com antecedência, à Unidade SIASS Univasf;

g) compete ao servidor acompanhar o trâmite do processo eletrônico no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC); e

h) prestar informações fidedignas quando solicitado, sob pena de responder pelo crime previsto no art. 299 do Código Penal.

Art. 20. Cabe à chefia imediata do servidor:

a) realizar o preenchimento do Formulário de Comunicação de Acidente de Trabalho do Servidor Público (CAT/SP), encaminhar a CAT/SP e toda documentação, quando houver, para abertura de processo junto ao setor de Protocolo, e posteriormente encaminhar a equipe de Perícia em Saúde da Unidade SIASS Univasf, caso o servidor não o faça;

b) prestar informações sobre jornada laboral e atividades desenvolvidas pelo servidor, conforme solicitado pela Unidade SIASS Univasf;

c) providenciar ou encaminhar aos setores competentes solicitações quanto à implementação das medidas sugeridas pela Equipe de Vigilância em Saúde da Unidade SIASS Univasf para prevenção de novos acidentes ou agravos à saúde dos servidores; e

d) prestar informações fidedignas quando solicitado, sob pena de responder ao Art. 299 n° 2848 de 07/12/1940.

Art. 21. Cabe à Unidade do SIASS UNIVASF:

a) Setor de Perícia – registrar a abertura da CAT-SP no sistema SIAPE SAÚDE do acidente com ou sem lesão, ocorrido com servidores do quadro efetivo;

b) Perito Médico Oficial em Saúde – realizar perícia médica, emitir laudo médico, conceder ou não licença de tratamento em saúde ou licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, estabelecer o nexo causal;

b) Setor de Vigilância em Saúde – realizar abertura de processo com o Formulário de Comunicação de Acidente de Trabalho do Servidor Público (CAT/SP), caso o servidor não tenha aberto;

c) realizar a investigação do acidente de trabalho, gerando relatório para subsidiar a perícia médica, bem como para resguardar as condições de saúde e segurança nos ambientes de trabalho;

d) encaminhar Ofício com cópia do relatório elaborado pela visita técnica no ambiente de trabalho (exceto em acidente em trânsito) para a chefia imediata do servidor e outros setores correspondentes, para as devidas providências, visando à prevenção da ocorrência de outros acidentes em serviço;

e) Setor de Promoção à Saúde – realizar orientações e ações de prevenção necessárias ao ambiente de trabalho do servidor onde ocorreu o acidente e no âmbito da UNIVASF, em conjunto com a equipe de vigilância.

Art. 22. Cabe aos prestadores de serviço:

a) comunicar à UNIVASF, por meio do gestor de contrato, todos os acidentes que ocorrerem no âmbito e a serviço da Instituição;

b) providenciar a comunicação e o registro do acidente conforme legislação previdenciária além de realizar a investigação apresentando o resultado da análise ao gestor de contrato;

§ 1º O gestor de contrato repassará as informações a respeito dos acidentes à PROGEPE e à Unidade SIASS UNIVASF.

§ 2º Os resultados das investigações, assim como as medidas preventivas e/ou corretivas, deverão ser apresentados à PROGEPE e à Unidade SIASS UNIVASF no prazo de 30 (trinta) dias após o acidente, prorrogável, mediante solicitação formal, quando as circunstâncias assim o exigirem.

**CAPITULO V**

**DOS PRAZOS**

Art. 23. Considera-se como data do acidente o dia da sua efetiva ocorrência.

§ 1º No caso de doença do trabalho, será considerada a data da conclusão do diagnóstico ou a do início da incapacidade laborativa, devendo ser consignada aquela que ocorrer primeiro.

§ 2º A data deverá ser completa, utilizando quatro dígitos para o ano (Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal de 2017).

Art. 24. A prova do acidente será feita em dez dias, prorrogável quando as circunstâncias assim o exigirem (art. 214 da Lei nº 8.112, de 1990).

Art. 25. Quando da necessidade da concessão de licenças por acidente em serviço, estas serão avaliadas por perícia singular para afastamento até 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses, a contar do primeiro dia de afastamento, e, a partir de então, por junta médica (art.203, §§ 4º e 5º, da Lei nº 8.112, de 1990).

Art. 26. A CAT-RGPS, obrigatoriamente, deve ser emitida até o primeiro dia útil após o acidente, independentemente de o acidente gerar afastamento ou não, e, no caso de morte, deve ser comunicada de imediato ao INSS, sob pena de multa.

§ 1º Nos casos de afastamento do servidor vinculado ao RGPS, os primeiros 15 dias serão pagos pela empresa (ou pela Instituição), e, a partir do 15º dia, avaliado pela perícia médica do INSS por encaminhamento de requerimento próprio.

§ 2º Cabe ao Sistema de Previdência Social (INSS) a realização de perícia e a responsabilidade pela remuneração do afastamento que exceder ao período estabelecido no parágrafo antecedente.

**CAPITULO VI**

**DAS MEDIDAS DE CONTROLE DE RISCOS**

Art. 27. Após a conclusão da análise dos acidentes em serviço, poderá haver a necessidade de implementação de medidas de controle de riscos e o seu eventual monitoramento.

Art. 28. A chefia imediata do setor em que ocorreu o acidente, juntamente com a PROGEPE e a Unidade SIASS, encaminhará documento aos responsáveis pela implantação e execução das medidas preventivas e corretivas sugeridas no relatório da análise do acidente sempre que envolver mudanças de layout, mobiliários, manutenção, construção, proteção coletiva e demais serviços inerentes.

Art. 29. A PROGEPE, juntamente com a Unidade SIASS, caso necessário, orientará os responsáveis pela implantação e execução das medidas preventivas e corretivas sugeridas no relatório da análise do acidente, notadamente quando envolver serviços de atendimento psicossocial, capacitação, treinamentos e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e demais assuntos inerentes.

**CAPITULO VII**

**DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Art. 30. O servidor acidentado em serviço será licenciado com remuneração integral (art. 211 da Lei nº 8.112, de 1990).

§ 1º Caso necessite de tratamento especializado, o servidor poderá, mediante recomendação de junta médica em saúde, ser tratado em instituição privada à conta dos recursos públicos (art. 213 da Lei nº 8112, de 1990).

§ 2º O tratamento em instituição privada recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção, devendo ser precedido de avaliação prévia capaz de comprovar a necessidade do tratamento particular (art. 213, parágrafo único da Lei nº 8112, de 1990), e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 31. Os servidores afastados ou não por motivo de acidente em serviço, ou por doença profissional ou relacionada ao trabalho, deverão ser submetidos à perícia oficial em saúde, independentemente do quantitativo de dias de licença.

Art. 32. Os servidores elencados no artigo 3º, quando vitimados por acidente de trabalho, deverão ser encaminhados ao INSS a partir do 15º (décimo quinto) dia de afastamento do trabalho (art. 75, § 2º, do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999).

Art. 33. Os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas em conjunto com a Unidade SIASS UNIVASF.

Art. 34. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria Instrução Normativa nº 02, de 13 de março de 2014.

Petrolina/PE, 13 de outubro de 2022.

PAULO CÉSAR FAGUNDES NEVES

Reitor Pro Tempore

**ANEXO I**

**Formulário Comunicação de Acidente em Serviço – Serviço Público Federal - CAT/SP**









**Considerando que a CAT-SP apresenta referência de quadros que auxiliam no preenchimento de alguns campos necessários, segue, abaixo, a sua composição:**

|  |
| --- |
| **Quadro I: PARTE(S) DO CORPO ATINGIDA(S)** |
| CRÂNIO (inclusive encéfalo) |
| OUVIDO (externo, médio, interno, audição e equilíbrio) |
| OLHO (inclusive nervo ótico e visão) |
| NARIZ (inclusive fossas nasais, seios da face e olfato) |
| BOCA (Inclusive lábios, dentes, língua, garganta e paladar) |
| MANDÍBULA (inclusive queixo) |
| FACE, PARTES MÚLTIPLAS (qualquer combinação das partes acima) |
| CABEÇA, PARTES MÚLTIPLAS (qualquer combinação das partes acima) |
| CABEÇA, NIC |
| BRAÇO (entre o punho a o ombro) |
| BRAÇO (acima do cotovelo) |
| PESCOÇO |
| COTOVELO |
| ANTEBRAÇO (entre o punho e o cotovelo) |
| PUNHO |
| MÃO (exceto punho ou dedos) |
| DEDO |
| MEMBROS SUPERIORES, PARTES MÚLTIPLAS (qualquer combinação das partes acima) |
| MEMBROS SUPERIORES, NIC |
| OMBRO |
| TÓRAX (inclusive órgãos internos) |
| DORSO (inclusive músculos dorsais, coluna e medula espinhal) |
| ABDOME (inclusive órgãos internos) |
| QUADRIS (inclusive pélvis, órgãos pélvicos e nádegas) |
| TRONCO, PARTE MÚLTIPLAS (qualquer combinação das partes acima) |
| PERNA (entre o tornozelo e a pélvis) |
| COXA |
| JOELHO |
| PERNA (do tornozelo, exclusive, ao joelho, exclusive) |
| ARTICULAÇÃO DO TORNOZELO |
| PÉ (exceto artelhos) |
| ARTELHO |
| MEMBROS INFERIORES, PARTES MÚLTIPLAS (qualquer combinação das partes acima) |
| MEMBROS INFERIORES, NIC |
| PARTES MÚLTIPLAS |
| SISTEMAS E APARELHOS |
| APARELHO CIRCULATÓRIO |
| APARELHO RESPIRATÓRIO |
| SISTEMA NERVOSO |
| APARELHO DIGESTIVO |
| APARELHO GÊNITO-URINÁRIO |
| SISTEMA MÚSCULO-ESQUELÉTICO |
| SISTEMAS E APARELHOS, NIC |
| LOCALIZAÇÃO DA LESÃO, NIC |

|  |
| --- |
| **Quadro II: AGENTE CAUSADOR ACIDENTE** |
| CALÇADA OU CAMINHO PARA PEDESTRE - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| PISO DE EDIFÍCIO - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| ESCADA PERMANENTE CUJOS DEGRAUS PERMITEM APOIO INTEGRAL DO PÉ, DEGRAU - SUPERFÍCIEUTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| RAMPA - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| PASSARELA OU PLATAFORMA PERMANENTES - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| PISO DE MINA - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| CHÃO - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| PISO DE ANDAIME E PLATAFORMA DESMONTÁVEL - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTARPESSOAS |
| PISO DE VEÍCULO - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| TELHADO |
| SUPERFÍCIE DE SUSTENTAÇÃO, NIC - SUPERFÍCIE UTILIZADA PARA SUSTENTAR PESSOAS |
| ESCADA MÓVEL OU FIXADA, NIC |
| EDIFÍCIO - EDIFÍCIO OU ESTRUTURA |
| DEPÓSITO FIXO (TANQUE, SILO, PAIOL, ETC) - EDIFÍCIO OU ESTRUTURA |
| CAIS, DOCA - EDIFÍCIO OU ESTRUTURA |
| DIQUE, BARRAGEM - EDIFÍCIO OU ESTRUTURA |
| PONTE, VIADUTO - EDIFÍCIO OU ESTRUTURA |
| ANDAIME, PLATAFORMA - EDIFÍCIO OU ESTRUTURA |
| TORRE, POSTE - EDIFÍCIO OU ESTRUTURA |
| EDIFÍCIO OU ESTRUTURA (EXCETO PISO, SUPERFÍCIE DE SUSTENTAÇÃO OU ÁREA DE CIRCULAÇÃO),NIC |
| ESCAVAÇÃO (PARA EDIFÍCIO, ESTRADA, ETC) |
| CANAL, FOSSO |
| POÇO, ENTRADA, GALERIA, ETC, DE MINA |
| ESCAVAÇÃO, FOSSO, TÚNEL, NIC |
| SUPERFÍCIE E ESTRUTURA, NIC |
| MARTELO, MALHO, MARRETA- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| MACHADINHA, ENXÓ- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| FACA, FACÃO- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| TESOURA, TESOURÃO- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| FORMÃO, CINZEL- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| SERRA, SERROTE- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| ALICATE, TORQUÊS, TENAZ- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| PLAINA- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| LIMA, GROSA- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| PUNÇÃO, PONTEIRO, VAZADOR, TALHADEIRA- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| PUA, TRADO, VERRUMA, MÁQUINA DE FURAR MANUAL- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇAMOTRIZ |
| CHAVE DE PARAFUSO- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| CHAVE DE PORCA OU DE ABERTURA REGULÁVEL, CHAVE DE BOCA- FERRAMENTA MANUAL SEMFORÇA MOTRIZ |
| ALAVANCA, PÉ-DE-CABRA- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| CORDA, CABO, CORRENTE- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| MACHADO- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| ENXADA, ENXADÃO, SACHO- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| PÁ, CAVADEIRA- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| PICARETA- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| GARFO, ANCINHO, FORCADO- FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ |
| FERRAMENTA MANUAL SEM FORÇA MOTRIZ, NIC |
| MARTELETE, SOCADOR- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| TALHADEIRA- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| CORTADEIRA, GUILHOTINA- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| SERRA- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| PUNÇÃO, PONTEIRO, VAZADOR- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| PERFURATRIZ- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| REBITADEIRA- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| MÁQUINA DE APARAFUSAR - FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| ESMERIL- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| POLITRIZ, ENCERADEIRA- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| FERRO DE PASSAR- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| FERRAMENTA DE SOLDAGEM- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| MASARICO - FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| FERRAMENTA ACIONADA POR EXPLOSIVO- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OUAQUECIMENTO |
| JATO DE AREIA- FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO |
| FERRAMENTA PORTÁTIL COM FORÇA MOTRIZ OU AQUECIMENTO, NIC |
| SERRA - MÁQUINA |
| TESOURA, GUILHOTINA, MÁQUINA DE CORTAR - MÁQUINA |
| LAMINADORA, CALANDRA - MÁQUINA |
| FURADEIRA, BROQUEADEIRA, TORNO, FREZA - MÁQUINA |
| PRENSA - MÁQUINA |
| PLAINA, TUPIA - MÁQUINA |
| MÁQUINA DE FUNDIR, DE FORJAR, DE SOLDAR |
| BRITADOR, MOINHO - MÁQUINA |
| MISTURADOR, BATEDEIRA, AGITADOR - MÁQUINA |
| PENEIRA MECÂNICA, MÁQUINA SEPARADORA - MÁQUINA |
| POLITRIZ, LIXADORA, ESMERIL - MÁQUINA |
| MÁQUINA DE TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO DE ESTRADA |
| MÁQUINA DE MINERAÇÃO E PERFURAÇÃO (DE TÚNEL, POÇO, ETC) |
| MÁQUINA AGRÍCOLA |
| MÁQUINA TÊXTIL |
| MÁQUINA DE COSTURAR E DE PESPONTAR |
| MÁQUINA DE IMPRIMIR |
| MÁQUINA DE ESCRITÓRIO |
| MÁQUINA DE EMBALAR OU EMPACOTAR |
| MÁQUINA, NIC |
| TRANSPORTADOR POR GRAVIDADE |
| TRANSPORTADOR COM FORÇA MOTRIZ |
| TRANSPORTADOR, NIC |
| GUINDASTE - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| PONTE ROLANTE - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| ELEVADOR - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| ELEVADOR DE CAÇAMBA PARA MINERAÇÃO - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| PÁ MECÂNICA, DRAGA - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| TALHA - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| PAU DE CARGA - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| MACACO (MECÂNICO, HIDRÁULICO, PNEUMÁTICO) - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| GUINCHO PNEUMÁTICO - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| GUINCHO ELÉTRICO - EQUIPAMENTO DE GUINDAR |
| EQUIPAMENTO DE GUINDAR, NIC |
| CORREIA - DISPOSITIVO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA MECÂNICA |
| CORRENTE, CORDA, CABO - DISPOSITIVO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA MECÂNICA |
| TAMBOR, POLIA, ROLDANA - DISPOSITIVO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA MECÂNICA |
| EMBREAGEM DE FRICÇÃO - DISPOSITIVO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA MECÂNICA |
| ENGRENAGEM - DISPOSITIVO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA MECÂNICA |
| DISPOSITIVO DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA MECÂNICA, NIC |
| GERADOR - EQUIPAMENTO ELÉTRICO |
| CONDUTOR - EQUIPAMENTO ELÉTRICO |
| TRANSFORMADOR, CONVERSOR - EQUIPAMENTO ELÉTRICO |
| PAINEL DE CONTROLE, BARRAMENTO, CHAVE, INTERRUPTOR, ÍÉ |
| REÓSTATO, DISPOSITIVO DE PARTIDA E APARELHO DE CONTROLE, CAPACITOR, RETIFICADOR,BATERIA DE ACUMULADORES - EQUIPAMENTO ELÉTRICO |
| MOTOR ELÉTRICO - EQUIPAMENTO ELÉTRICO |
| EQUIPAMENTO MAGNÉTICO - EQUIPAMENTO ELÉTRICO |
| EQUIPAMENTO ELETROLÍTICO - EQUIPAMENTO ELÉTRICO |
| EQUIPAMENTO DE AQUECIMENTO ELÉTRICO - EQUIPAMENTO ELÉTRICO |
| EQUIPAMENTO ELÉTRICO, NIC |
| MOTOR (COMBUSTÃO INTERNA, VAPOR) |
| BOMBA |
| TURBINA |
| MOTOR, BOMBA, TURBINA, NIC |
| CALDEIRA |
| VASO SOB PRESSÃO (PARA IÍQUIDO, GÁS OU VAPOR) |
| TUBO SOB PRESSÃO (MANGUEIRA OU TUBO PARA IÍQUIDO, GÁS OU VAPOR) |
| CALDEIRA, VASO SOB PRESSÃO, NIC |
| CAIXÃO PNEUMÁTICO - EQUIPAMENTO PARA TRABALHO EM AMBIENTE DE PRESSÃO ANORMAL |
| ESCAFANDRO - EQUIPAMENTO PARA TRABALHO EM AMBIENTE DE PRESSÃO ANORMAL |
| EQUIPAMENTO DE MERGULHO - EQUIPAMENTO PARA TRABALHO EM AMBIENTE DE PRESSÃOANORMAL |
| EQUIPAMENTO PARA TRABALHO EM AMBIENTE DE PRESSÃO ANORMAL, NIC |
| FORNO, ESTUFA, RETORTA, AQUECEDOR DE AMBIENTE, FOGÃO, ETC, EXCETO QUANDO A LESÃOPRINCIPAL FOR CHOQUE ELÉTRICO OU ELETROPLESSÃO - EQUIPAMENTO DE AQUECIMENTO |
| EQUIPAMENTO EMISSOR DE RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE |
| EQUIPAMENTO DE ILUMINACÃO - EQUIPAMENTO EMISSOR DE RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE |
| ARCO ELÉTRICO - EQUIPAMENTO EMISSOR DE RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE |
| EQUIPAMENTO EMISSOR DE RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE, NIC |
| EQUIPAMENTO DE RAIOS X - EQUIPAMENTO OU SUBSTÂNCIA EMISSORES DE RADIAÇÃO IONIZANTE |
| REATOR (INCLUI COMBUSTÍVEL E RESÍDUO) - EQUIPAMENTO OU SUBSTÂNCIA EMISSORES DERADIAÇÃO IONIZANTE |
| FONTE DE RADIOISÓTOPO - EQUIPAMENTO OU SUBSTÂNCIA EMISSORES DE RADIAÇÃO IONIZANTE |
| EQUIPAMENTO OU SUBSTÂNCIA EMISSORES DE RADIAÇÃO IONIZANTE, NIC |
| BICICLETA |
| TRICICLO |
| MOTOCICLETA, MOTONETA |
| VEÍCULO RODOVIÁRIO MOTORIZADO |
| VEÍCULO SOBRE TRILHO |
| VEÍCULO AQUÁTICO |
| AERONAVE |
| EMPILHADEIRA |
| REBOCADOR MECÂNICO, MULA MECÂNICA |
| CARRO DE MÃO |
| TRATOR |
| VEÍCULO DE TERRAPLENAGEM |
| VEÍCULO DE TRAÇÃO ANIMAL |
| VEÍCULO DESLISANTE |
| VEÍCULO FUNICULAR (TRAÇÃO POR CABO) |
| VEÍCULO, NIC |
| FERRAMENTA, MÁQUINA, EQUIPAMENTO, VEÍCULO, NIC |
| COMPOSTO METÁLICO (DE CHUMBO, MERCÚRIO, ZINCO, CÁDMIO, CROMO, ETC) |
| COMPOSTO DE ARSÊNIO |
| GÁS CARBÔNICO (DIÓXIDO DE CARBONO, CO2) |
| MONÓXIDO DE CARBONO (CO) |
| ÓXIDOS DE NITROGÊNIO (VAPORES NITROSOS) |
| ÁCIDO |
| ÁLCALI |
| COMPOSTO DE FÓSFORO |
| DISSULFETO DE CARBONO |
| CIANETO OU COMPOSTO DE CIANOGÊNIO |
| ÁLCOOL |
| TETRACLORETO DE CARBONO |
| COMPOSTO ORGÂNICO HALOGENADO (TRICLORETILENO, Â |
| COMPOSTO AROMÁTICO (BENZOL, TOLUOL, XILOL, ANILINA, ETC) |
| SUBSTÂNCIA QUÍMICA, NIC |
| ÁGUA - USAR QUANDO O ESTADO IÍQUIDO CONTRIBUIR PREPONDERANTEMENTE PARA AOCORRÊNCIA |
| LÍQUIDO, NIC |
| PARTÍCULAS - NÃO IDENTIFICADAS |
| PELE, CRINA, PELO, LÁ (EM BRUTO) - PRODUTO ANIMAL |
| PENA - PRODUTO ANIMAL |
| COURO CRU OU CURTIDO - PRODUTO ANIMAL |
| OSSO - PRODUTO ANIMAL |
| PRODUTO ANIMAL, NIC |
| MADEIRA (TORO, MADEIRA SERRADA, PRANCHÃO, POSTE, BARROTE, RIPA E PRODUTO DE MADEIRA) |
| PRODUTO MINERAL METÁLICO - PRODUTO DE MINERAÇÃO EM BRUTO OU BENEFICIADO, COMOMINÉRIO E CONCENTRADO DE MINÉRIO |
| METAL - INCLUI LIGA FERROSA E NÃO FERROSA, TUBO, PLACA, PERFIL, TRILHO, VERGALHÃO,ARAME, PORCA, REBITE, PREGO, ETC INCLUI METAL FUNDIDO, LINGOTE E SUCATA DE FUNDIÇÃO, EXCETO MINÉRIO |
| PRODUTO MINERAL NÃO METÁLICO - PRODUTO DE MINERAÇÃO, ESCAVAÇÃO,DESBARRANCAMENTO,ETC, COMO DETRITO, ARGILA, AREIA, CASCALHO, PEDRA, ETC |
| PETRÓLEO BRUTO, BRUTO REDUZIDO |
| ASFALTO, ALCATRÃO, PICHE |
| ÓLEO COMBUSTÍVEL |
| PARAFINA, ÓLEO LUBRIFICANTE E DE CORTE, GRAXAS |
| GASÓLEO, ÓLEO DIESEL |
| QUEROSENE |
| NAFTA E SOLVENTE DE NAFTA (ÉTER DE PETRÓLEO, ÁLCOOL MINERAL, SOLVENTE AROMÁTICO,ETC) |
| GASOLINA (EXCETO QUANDO A OCORRÊNCIA FOR CAUSADA PREPONDERANTEMENTE PORCOMPOSTO DE CHUMBO) |
| HIDROCARBONETO GASOSO (INCLUI GÁS LIQUEFEITO, GÁS ENCANADO DE NAFTA, GÁS NATURAL) |
| CARVÃO |
| COQUE |
| GÁS ENCANADO DE CARVÃO |
| PRODUTO DE PETRÓLEO E DE CARVÃO, NIC |
| VIDRARIA, FIBRA DE VIDRO, LÂMINA, ETC, EXCETO FRASCO, GARRAFA |
| TIJOLO E TELHA - CERÂMICA |
| LOUÇA DE MESA E OUTROS UTENSÍLIOS (DE PORCELANA, BARRO,ETC) - CERÂMICA |
| TUBO, MANILHA - CERÂMICA |
| REVESTIMENTO CERÂMICO (AZULEJO, MOSAICO, ETC) - CERÂMICA |
| LOUÇA SANITÁRIA (PIA, VASO SANITÁRIO, ETC) - CERÂMICA |
| CERÂMICA, NIC |

|  |
| --- |
| **Quadro III: AGENTE CAUSADOR DA DOENÇA PROFISSIONAL** |
| REAÇÃO DO CORPO A SEUS MOVIMENTOS - MOVIMENTO INVOLUNTÁRIO (ESCORREGÃO SEM QUEDA, ETC) |
| REAÇÃO DO CORPO A SEUS MOVIMENTOS - MOVIMENTO VOLUNTÁRIO |
| ESFORÇO EXCESSIVO AO ERGUER OBJETO |
| ESFORÇO EXCESSIVO AO EMPURRAR OU PUXAR OBJETO |
| ESFORÇO EXCESSIVO AO MANEJAR, SACUDIR OU ARREMESSAR OBJETO |
| ESFORÇO EXCESSIVO, NIC |
| EXPOSIÇÃO À ENERGIA ELÉTRICA |
| CONTATO COM OBJETO OU SUSBSTÂNCIA A TEMPERATURA MUITO ALTA |
| CONTATO COM OBJETO OU SUSBSTÂNCIA A TEMPERATURA MUITO BAIXA |
| EXPOSIÇÃO À TEMPERATURA AMBIENTE ELEVADA |
| EXPOSIÇÃO À TEMPERATURA AMBIENTE BAIXA |
| INALAÇÃO DE SUBSTÂNCIA CÁUSTICA, TÓXICA OU NOCIVA |
| INGESTÃO DE SUBSTÂNCIA CÁUSTICA, TÓXICA OU NOCIVA |
| ABSORÇÃO(POR CONTATO) DE SUBSTÂNCIA CÁUSTICA, TOXICA OU NOCIVA |
| INALAÇÃO, INGESTÃO E ABSORÇÂO, NIC |
| IMERSÃO |
| EXPOSIÇÃO A RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE |
| EXPOSIÇÃO A RADIAÇÃO IONIZANTE |
| EXPOSIÇÃO AO RUÍDO |
| EXPOSIÇÃO À VIBRAÇÃO |
| EXPOSIÇÃO À PRESSÃO AMBIENTE ELEVADA |
| EXPOSIÇÃO À PRESSÃO AMBIENTE BAIXA |
| EXPOSIÇÃO À POLUIÇÃO DA AGUA |
| EXPOSIÇÃO À POLUIÇÃO DO AR |
| EXPOSIÇÃO À POLUIÇÃO, NIC |
| ATAQUE DE SER VIVO POR MORDEDURA, PICADA, CHIFRADA, COICE, ETC, NÃO SE APLICANDO NOCASO DE HAVER PEÇONHA OU TRANSMISSÃO DE DOENÇA |
| ATAQUE DE SER VIVO COM PEÇONHA |
| ATAQUE DE SER VIVO COM TRANSMISSÃO DE DOENÇA |
| ATAQUE DE SER VIVO (INCLUSIVE DO HOMEM), NIC |
| TIPO, NIC |
| TIPO INEXISTENTE |

|  |
| --- |
| **Quadro IV: SITUAÇÃO GERADORA DO ACIDENTE OU DOENÇA** |
| IMPACTO DE PESSOA CONTRA OBJETO PARADO |
| IMPACTO DE PESSOA CONTRA OBJETO EM MOVIMENTO |
| IMPACTO SOFRIDO POR PESSOA DE OBJETO QUE CAI |
| IMPACTO SOFRIDO POR PESSOA DE OBJETO PROJETADO |
| IMPACTO SOFRIDO POR PESSOA, NIC |
| APRISIONAMENTO EM, SOBRE OU ENTRE OBJETOS EM MOVIMENTO CONVERGENTE |
| APRISIONAMENTO EM, SOBRE OU ENTRE OBJETO PARADO E OUTRO EM MOVIMENTO |
| APRISIONAMENTO EM, SOBRE OU ENTRE DOIS OU MAIS OBJETOS EM MOVIMENTO |
| APRISIONAMENTO EM, SOBRE OU ENTRE DESABAMENTO OU DESMORONAMENTO |
| APRISIONAMENTO EM, SOB OU ENTRE, NIC |
| ATRITO OU ABRASÃO POR ENCOSTAR, PISAR, AJOELHAR OU SENTAR EM OBJETO |
| ATRITO OU ABRASÃO POR MANUSEAR OBJETO |
| ATRITO OU ABRASÃO POR OBJETO EM VIBRAÇÃO |
| ATRITO OU ABRASÃO POR CORPO ESTRANHO NO OLHO |
| ATRITO OU ABRASÃO POR COMPRESSÃO REPETITIVA |
| ATRITO OU ABRASÃO, NIC |
| ESFORÇO EXCESSIVO AO ERGUER OBJETO |
| ESFORÇO EXCESSIVO AO EMPURRAR OU PUXAR OBJETO |
| ESFORÇO EXCESSIVO AO MANEJAR, SACUDIR OU ARREMESSAR OBJETO |
| ESFORÇO EXCESSIVO, NIC |
| ELÉTRICA, EXPOSIÇÃO À ENERGIA |
| LNALAÇÃO DE SUBSTÂNCIA CÁUSTICA, TÓXICA OU NOCIVA |
| INGESTÃO DE SUBSTÂNCIA CÁUSTICA |
| ABSORÇÃO DE SUBSTÂNCIA CÁUSTICA |
| INALAÇÃO, INGESTÃO OU ABSORÇÃO, NIC |
| POLUIÇÃO DA ÁGUA, AÇÃO DA |
| POLUIÇÃO, NIC, EXPOSIÇÃO À |
| ATAQUE DE SER VIVO POR MORDEDURA, PICADA, CHIFRADA, COICE, ETC |
| ATAQUE DE SER VIVO COM PEÇONHA |
| ATAQUE DE SER VIVO COM TRANSMISSÃO DE DOENÇA |
| ATAQUE DE SER VIVO, NIC |

**ANEXO II**

**Descrição do Fluxo para Acidente em Serviço de Servidores Efetivos da Univasf**



**ANEXO III**

**Descrição do Fluxo para Acidente de Trabalho para Servidores Contratados e Segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na Univasf**



**ANEXO IV**

**Orientação para Servidores - Acidente em Serviço**



**ANEXO V**

**Modelo de Relatório de Investigação de AT**



